

## ELEMENTOS DA HISTÓRIA DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: DO CÓDIGO DE 1939 AO CÓDIGO DE 1973 \*

## ELEMENTS OF THE HISTORY OF BRAZILIAN CIVIL PROCEDURE: FROM THE CODE OF 1939 TO THE CODE OF 1973

IGOR RAATZ \*\*

GUSTAVO DA SILVA SANTANNA \*\*\*

### Resumo

O presente ensaio visa a analisar alguns elementos históricos do processo civil brasileiro, especialmente o contexto em que nasceu o Código de Processo Civil de 1939, suas relações com o Estado brasileiro da época, as doutrinas que formaram a sua base e o rompimento com o paradigma privatista de processo até então vigente, o que redundou no aumento dos poderes do juiz. Esse panorama é traçado até o surgimento do Código de Processo Civil de 1973, que, frente à outra perspectiva estatal, rompe com pontos importantes desenvolvidos pela doutrina brasileira influenciado pelo Código de 1939 e que, em certa medida, mostram-se bastante atuais, inclusive para a reflexão sobre o destino da Codificação processual civil brasileira.

### Palavras-Chaves

História do Processo – Codificação – Direito Brasileiro

### Abstract

This essay aims at analyzing some historical elements of the Brazilian Civil Procedure, particularly the context in which it was born the Code of Civil Procedure, 1939, its relations with the Brazilian state of that time, the doctrines that formed its base and the disruption with the paradigm privatizing process prevailed until then, which resulted in increasing the powers of the judge. This picture is traced until the emergence of the Civil Procedure Code 1973, which, compared to the other state perspective, it breaks important points developed by the Brazilian doctrine influenced by the Code of 1939 and, in some measure, appear very current, including for reflection about the destiny of the Brazilian civil procedural Codification.

### Keywords

---

\* Artigo recebido em 16-06-2011 e aprovado em 20-01-2012.

\*\* Mestre e Doutorando em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Especialista em Direito Processual Civil pela Academia Brasileira de Direito Processual Civil (ABDPC); Professor do curso de graduação em Direito de Faculdades Rio-Grandenses (FARGS); Professor do curso de especialização em Direito Processual Civil da Faculdade Meridional (IMED); Professor do curso de especialização em Direito Imobiliário da Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE); Professor visitante da UNISINOS e do Ministério Público do RS. Assessor de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: [igorraatz@tj.rs.gov.br](mailto:igorraatz@tj.rs.gov.br); [igorraatz@gmail.com](mailto:igorraatz@gmail.com)

\*\*\* Mestre em Direito pela UNISINOS; Especialista em Direito Ambiental e Direito Público; Professor de Direito Administrativo e Direito Ambiental. É Procurador do Município de Alvorada/RS e Professor da Instituição São Judas Tadeu. Endereço eletrônico: [gssantanna@ig.com.br](mailto:gssantanna@ig.com.br); [gssantanna@hotmail.com](mailto:gssantanna@hotmail.com)

## History of Civil Procedure – Codification – Brazilian Law

**1 Considerações Iniciais**

O estudo dos elementos históricos do processo civil brasileiro é bastante profícuo para a obtenção de subsídios capazes de alicerçar uma compreensão adequada de como deve se estruturar o direito processual brasileiro nos dias de hoje. Tal perspectiva de análise assume grande relevância na medida em que tramita junto à Câmara dos Deputados o Projeto do Novo Código de Processo Civil brasileiro (Projeto de Lei 8046/10). Partindo desse enfoque, o presente ensaio visa a analisar alguns aspectos históricos da evolução do processo civil brasileiro, especialmente o contexto em que nasceu o Código de Processo Civil de 1939, suas relações com o Estado brasileiro da época, as doutrinas que formaram a sua base e o rompimento com o paradigma privatista de processo até então vigente, o que redundou no aumento dos poderes do juiz. Esse panorama é traçado até o surgimento do Código de Processo Civil de 1973, que, frente à outra perspectiva estatal, rompe com pontos importantes desenvolvidos pela doutrina brasileira influenciado pelo Código de 1939 e que, em certa medida, mostram-se bastante atuais, inclusive para a reflexão sobre o destino da Codificação processual civil brasileira.

**2 O nascimento do Código de Processo Civil de 1939 como uma necessidade frente ao contexto histórico e político brasileiro da época**

A criação de um Código de Processo Civil nacional era uma exigência da Constituição de 1934 e também da Constituição de 1937. Antes disso, cabia aos Estados legislar sobre o processo civil, o que era considerado, pelo Ministro da Justiça, Francisco de Campos, uma “desastrosa tendência para a descentralização” (CAMPOS, 1939A, p. 187). O contexto histórico brasileiro exigia a centralização do processo civil para todo o país, de modo que coube à União a competência exclusiva para legislar sobre a matéria. E não poderia ser diferente, afinal o panorama político, desde o início da década, era o da ascensão da política centralizadora de Getúlio Vargas, que, ainda em novembro de 1930, veio a dissolver o Congresso Nacional, assumido os Poderes Executivo e Legislativo, e a destituir todos os Governadores de Estado (com exceção de Minas Gerais) nomeando, em seus lugares, interventores federais.

A história do Código de Processo Civil alinha-se com as agitações da história política brasileira na década de trinta. A unificação do direito processual há algum tempo já era preconizada por eminentes juristas pátrios como instrumento de integração nacional, sendo, dessa forma, proposta à Assembleia Constituinte no Projeto de Constituição enviado em 1933

pelo Governo provisório, o chamado Projeto Itamaraty (COSTA, 1970, p. 83). Em razão das pressões políticas, em 1933 o Governo Provisório realizou as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em julho de 1934 era promulgada a nova Constituição, que estabelecia uma República federativa e, ao lado de ideais liberais, diversas novidades inspiradas na Constituição de Weimar<sup>1</sup>.

A Constituição de 1934, com efeito, restabeleceu a unidade do direito processual, conferindo à União, em seu artigo 5º, XIX, “a”, competência privativa para legislar sobre o direito processual. O artigo 11 das disposições provisórias estabelecia, por sua vez, que o Governo, depois de promulgada a Constituição, nomearia uma comissão de três juristas, os quais deveriam organizar, dentro de três meses, o projeto e Código de Processo Civil e Comercial. Para tal encargo, foram nomeados os Ministros Arthur Ribeiro e Carvalho Mourão e o advogado Levy Carneiro. Concluídos os trabalhos, estes foram submetidos ao Ministro da Justiça, o professor Vicente Ráo, que mandou publicar pela imprensa nacional em 1936 os três projetos parciais elaborados pela comissão (COSTA, 1970, p. 83). O projeto, após ter sido encaminhado ao Congresso Nacional, ficou, no entanto, “sepultado nas gavetas da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, em decorrência do golpe de 10 de novembro de 1937, que revogou a Constituição de 1934 e dissolveu o Congresso” (COSTA, 1970, p. 84).

Tendo sido eleito presidente pelo voto direto em julho 1934, Getúlio Vargas deveria permanecer no governo até 1938, quando, então, seriam realizadas eleições diretas para Presidência da República. Contudo, a onda totalitarista que tomou a Europa, com Mussolini, Stalin e Hitler, não permitiram o voto direto à Presidente.

A crise da economia mundial e do liberalismo deu forças aos movimentos ultranacionalistas (ditatoriais/totalitaristas/nacionalistas) que consideravam caber ao Estado “organizar a nação para promover dentro da ordem o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral” (FAUSTO, 2010, p. 195). Em 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram os parlamentares de ingressarem. Era o início da ditadura e a implantação do “Estado Novo”, que não representava um rompimento integral com o passado, ficando mantida a política centralizadora do Poder e a promoção da industrialização do país. Em contrapartida a tal “ditadorismo” e como forma de obter apoio da classe operária, foram regularizados os sindicatos e a sindicalização. Em 1940 era criado o imposto sindical e ficava estabelecido o salário mínimo,

---

<sup>1</sup> A Constituição de 1934 “se inspirava na República de Weimar – o regime que governou a Alemanha entre o fim da I Guerra Mundial e a ascensão do nazismo. Era uma coincidência ironicamente profética: como Weimar, a Constituição de 1934 estava destinada a ser meramente transitória, vigorando por apenas três anos, até o advento do Estado Novo” (BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: Leya, 2010, p. 344).

instrumentos que juntamente com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943 criaram a imagem simbólica do Getúlio Vargas como defensor dos trabalhadores.

Nesse contexto formou-se o discurso do Código de Processo Civil de 1939: uma imposição da nova ordem política brasileira, que, segundo o Ministro Francisco Campos, “reclamava um instrumento mais popular e eficiente para a administração da justiça” (CAMPOS, 1939B, p. 1). O novo regime deveria constituir a restauração da autoridade e do caráter popular do Estado, de modo que a opção política do Código era uma consequência necessária do regime instaurado em 10 de Novembro e definido na Constituição. Procurava-se, ainda nas palavras do Ministro Francisco Campos, “aproximar, o mais possível, Governo e Povo”, eliminando-se os intermediários na vida política do Brasil. O Código de Processo Civil, dessa forma, “exprimiria, no campo em geral tão impermeável do sistema legal, essa tendência vital do regime, entregando ao povo um instrumento fácil e direto para fazer valer os direitos” que a lei civil lhe atribuía (CAMPOS, 1939A, p. 189). O Código, em síntese, constituía uma reivindicação da massa popular contra erros que a fizeram perder a confiança na justiça e na lei. Era, enfim, uma grande conquista social (CAMPOS, 1939A, p. 189).

Para a criação do Código, o Ministro da Justiça, Francisco Campos, nomeou uma comissão de juristas constituída pelos Desembargadores Edgar Costa, Álvaro Berford e Goulart de Oliveira, todos da Corte de Apelação do Distrito Federal, e pelos advogados Álvaro Mendes Pimentel, Múcio Continentino e Pedro Batista Martins. Inúmeras foram as divergências surgidas no processo de criação do código, uma vez que os membros da comissão divergiam quanto à orientação a ser dada ao projeto. Em face de tal situação, Pedro Batista Martins apresentou ao Ministro um trabalho pessoal, de sua autoria, sob a forma de projeto preliminar de Código, o qual foi aceito pelo Ministro Francisco Campos e publicado como Anteprojeto no Diário Oficial de 4 de fevereiro de 1939, a fim de que fosse submetido ao mais amplo debate. Importante destacar que foram apresentadas, ao Ministério da Justiça, cerca de quatro mil sugestões resultantes de ampla discussão a que foi submetido o anteprojeto por advogado, juízes, institutos e associações, sendo que muitas vieram a ser incluídas entre as emendas sofridas pelo projeto de Código, o qual foi revisado pelo próprio Ministro Francisco Campos, com o auxílio do magistrado e processualista Guilherme Estelitta e do professor Abgar Renault (COSTA, 1970, p. 100).

O texto aprovado foi promulgado como Código de Processo Civil pelo Decreto-Lei n. 1.608, de 18 de setembro de 1939, publicado no Diário Oficial, de 13 de outubro de 1939, para entrar em vigor no dia 1º de fevereiro de 1940, data que foi prorrogada para 1º de março do mesmo ano pelo Decreto-Lei n. 1.965 de 16 de janeiro de 1940 (COSTA, 1970, p. 100).

Partindo de elementos próprios da configuração do Estado brasileiro daquele momento histórico, o Código do Processo Civil brasileiro de 1939 foi influenciado pela cultura processual europeia do início do Século XX, mormente a doutrina processual presente no código austríaco de 1895, no projeto Chiovenda de 1919 e no código português de 1926 (LIEBMAN, 1962, p. 484). Tais endereços doutrinários serviam bem para espelhar um processo civil público e social, que respaldasse a autoridade do Estado, rompendo com as posturas liberais do processo civil. Por outro lado, permaneciam reinantes no nascedouro da codificação processual brasileira permaneciam aspectos decorrentes da própria formação jurídica pátria, os quais, não obstante as mencionadas influências doutrinárias estrangeiras, serviram para moldar, de forma talvez menos expressiva, o primeiro Código de Processo Civil brasileiro. Cumpre, pois, analisar, o conjunto desses aspectos que influenciaram o seu conteúdo.

### **3 Aspectos históricos da formação da codificação processual brasileira**

É impossível perquirir as mais remotas origens legislativas brasileiras sem lançar os olhos no direito lusitano, uma vez que as Ordenações portuguesas exerceram enorme influência na formação do Direito brasileiro. Em razão da sua importância como monumento histórico e jurídico, uma análise detalhada a respeito das Ordenações constituiria tarefa impossível de ser realizada no bojo do presente ensaio. Cumpre referir, ao menos, que o exacerbado número de leis e de outras normas escritas e consuetudinárias, de autoridade e de âmbito de aplicação diversos, era causa de grande confusão na prática jurídica portuguesa durante o medievo, de modo que, mais de uma vez, as Cortes solicitaram ao rei que as leis do reino fossem reformadas e reunidas em um único corpo legal. Dessa forma, o rei dom João I, acolhendo tal desejo, ordenou a compilação de um código, que veio a ser promulgado em 1456, no reinado de dom Afonso V, do qual recebeu o nome de “*Ordenações Afonsinas*” (LIEBMAN, 1962A, p. 494). Tais ordenações sofreram um processo de revisão, que teve início, em 1505, pelo rei Manuel I, estimulado pelo surgimento da imprensa e pelo desejo de publicar com aquele meio um código melhorado. Sem profundas modificações, são publicadas e promulgadas, em 1514, as “*Ordenações Manuelinas*”. As mudanças decorrentes da colonização e as, consequentes, novas e urgentes necessidades impulsionaram a revisão e a atualização das Ordenações, que redundou nas “*Ordenações Filipinas*”, promulgadas em 1603 (LIEBMAN, 1962A, p. 495). Sem adentrar em discussões a respeito de serem as Ordenações típicos códigos no sentido moderno, o certo que não constituíam um simples apanhado de leis, mas, sim, “a formulação em um único corpo legal de todo o direito vigente como *ius proprium* no território metropolitano e colonial da monarquia portuguesa”

(LIEBMAN, 1962A, p. 496).

No Brasil, mesmo com a proclamação da independência em 1822, as Ordenações Filipinas permaneceram em vigor, tal como determinava a Lei de 20 de outubro de 1823. Durante o período da Regência (1831-1840), o legislador somente conseguiu levar a termo um Código Criminal, no qual constava em anexo uma disposição provisória que tratava exclusivamente de matéria processual civil, em especial algumas disposições sobre recursos e outras sobre a marcha do processo, como a citação do réu ausente, réplica, tréplica e embargos antes da sentença e inquirição de testemunhas (TRIPOLI, 1936, p. 322). Em 1850 é criado o *Regulamento 737*, que, além de normatizar o processo comercial, veio a ser estendido para o processo civil mediante o Decreto n. 763, de 19 de setembro de 1890. Como bem destaca Liebman, mantinha-se substancialmente inalterada a estrutura fundamental do processo presente nas Ordenações, embora suas regras passassem a ser formuladas com grande clareza, em breves e precisas disposições, conforme a técnica legislativa moderna (LIEBMAN, 1962A, p. 500).

A ausência de um Código de Processo Civil nacional decorria do “falso entendimento da estrutura do regime federativo”, que fez prevalecer na Constituinte Republicana a ideia de se atribuir às antigas províncias, alçadas à categoria de Estados-membros da Federação, a competência para legislar sobre direito processual. Nesse sentido, era a previsão contida no art. 34, n. 23, combinado com o art. 65, n. 2, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 (COSTA, 1970, p. 63). O primeiro Estado a legislar sobre o processo civil foi o Pará, que, pelo Decreto n. 1.380, de 22 de junho de 1905, editou o seu Regulamento Processual Civil e Comercial. O primeiro diploma legislativo a ostentar o nome de Código, no entanto, foi o Código de Processo Civil e Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, promulgado pela Lei n. 65, de 15 de janeiro de 1908 (COSTA, 1970, p. 65). Os Códigos estaduais, no entanto, mantiveram em suas linhas estruturais o Regulamento 737, que serviu não somente de modelo, mas de fonte dos seus dispositivos (COSTA, 1970, p. 63).

Outro fator que contribuiu para o desenvolvimento do direito processual foi a publicação do Código Civil de 1916, que, em seu bojo, trazia diversas regras de natureza processual, como, por exemplo, aquelas que determinavam o tipo de ação cabível. A instituição de regras processuais no Código Civil decorria da necessidade de resguardar determinados institutos e obter uniformização dos meios de realização do correspondente direito frente à diversidade de normas processuais estaduais (COSTA, 1970, p. 73). Dentro desse panorama, a ênfase na criação de um Código Civil – o que fez com que ficasse em segundo plano a criação de um Código de Processo Civil nacional – decorrida de fatores advindos da proclamação da independência, uma

vez que, desde então, a elaboração do Código Civil era considerada por juristas e políticos como um passo fundamental para a realização da modernização liberal brasileira, pois, sem a organização do direito civil, seria “impossível organizar e controlar todas as situações e conflitos jurídicos passíveis de ocorrer entre os cidadãos da economia moderna que o Brasil do século XIX pretendia ser” (GRINBERG, 2001, pp. 8-9).

Pode-se dizer, nesse sentido, que, embora a criação do Código Civil tenha influenciado a evolução do direito processual, a demora na sua elaboração acabou dando margem à ausência de reflexões acerca da codificação processual brasileira. Ora, na medida em que o Código Civil estabeleceria os direitos tutelados pelo Estado, e o Código de Processo Civil deveria contemplar os instrumentos capazes de oferecer proteção jurídica a tais direitos, a criação do Código Civil seria quase que uma condição necessária para que se pudesse elaborar o Código de Processo Civil. E, a esse respeito, era imprescindível estabelecer a parcela da população a ser compreendida pela legislação civil, ou seja, saber quem eram os cidadãos brasileiros naquela quadra da história, problema que redundou na lentidão do processo de codificação civil, que teve de enfrentar situações peculiares advindas da permanência do regime escravo até fins do século XX, da necessária adaptação da legislação ao trabalho livre, das características específicas da escravidão brasileira naquele período, da condição jurídica das mulheres e da resistência da Igreja (GRINBERG, 2001, pp. 64-65).

Traçado todo esse panorama histórico que contextualizou a codificação processual brasileira, pode-se dizer que, além dos fatores tipicamente brasileiros que alicerçaram a relação da Codificação civil com o Código de Processo Civil de 1939, muitos daqueles institutos presentes nas Ordenações Filipinas, depois transplantados para o Regulamento 737 e para os Códigos estaduais, permaneceram vivos na primeira codificação do processo civil brasileiro. Isso se deve ao fato de a evolução interna nas Ordenações portuguesas ter ocorrido de forma ininterrupta desde o século XV, sem jamais distanciar-se profundamente da configuração adquirida naquele momento, deixando de influenciar-se por elementos estranhos, como o direito francês, de modo que o direito brasileiro pôde manter-se conectado às suas origens, conservando intactos institutos do direito comum europeu, como, por exemplo, as *ações de “jactância”*, as *exceções dilatórias*, a *apelação do terceiro*, a *apelação “beneficium commune”* e a *querela nullitatis* (LIEBMAN, 1962A, pp. 500-516).

#### 4 Os endereços doutrinários do Código de 1939

Ao lado das influências referidas, que traduzem uma continuidade histórica das raízes do direito brasileiro desde as Ordenações portuguesas, o Código de Processo Civil de 1939 seguia as

linhas doutrinárias de Giuseppe Chiovenda, Franz Klein e José Alberto dos Reis, autores que tiveram extrema importância para o desenvolvimento do direito processual, respectivamente, na Itália, Áustria e Portugal. Para compreender aquilo que de mais importante da obra desses autores esteve presente na codificação brasileira, é necessário fazer uma breve análise do socialismo jurídico de Anton Menger<sup>2</sup>, autor que teria influenciado diretamente Klein e Chiovenda.

Anton Menger nasceu na Hungria, no dia 12 de setembro de 1841, e veio a morrer na cidade de Roma, em sete de fevereiro de 1906. Cerca de um mês depois, Chiovenda apresentava, ao círculo jurídico de Napoli, a conferência "as reformas processuais e as correntes do pensamento moderno", na qual enaltecia a reforma social do processo, fazendo expressa referência a Menger e a Klein. A obra de Menger tem uma forte preocupação com os problemas sociais, propugnando a materialização das reivindicações proletárias mediante a reforma gradual da legislação (LAMAS, 1947, p. 10-11), a qual adquire um caráter social e vai endereçada à proteção dos mais débeis contra os mais fortes, assegurando àqueles uma parte mínima dos bens necessários para viver, pois não existiria desigualdade maior que tratar aos desiguais de modo igual (MENGER, 1947, p. 64). Com base nessas premissas, Menger propõe a intervenção espontânea do juiz na justiça civil, combatendo veementemente a legislação processual vigente na maioria dos Estados civilizados daquela época, na qual o Tribunal, ainda depois de iniciado o litígio, atuaria como o mecanismo de um relógio que é preciso impulsionar para que se mova. Tais condições jurídicas seriam cômodas e benéficas para as classes ricas, as quais teriam condições de tomar iniciativa, ao contrário das pobres, que, para defender seu direito, tropeçariam frente a um mecanismo tão complicado, até porque sem conselho e mal representadas, encontrando, na passividade judicial, gravíssimos prejuízos (MENGER, 1947, pp. 65-66). A solução proposta por Menger é a de obrigar o juiz a instruir gratuitamente todo cidadão, especialmente o mais pobre, acerca do Direito vigente. Assim, evitar-se-ia, em certa medida, a inferioridade jurídica das classes pobres (MENGER, 1947, p. 68).

#### ***4.1 O pensamento de Franz Klein***

As ideias de Menger influenciaram diretamente o pensamento de Franz Klein (TARELLO, 1989, p. 19), responsável pelo projeto de reforma da legislação processual austríaca, elaborado em 1895, em vigor a partir de 1898 (ALVARO DE OLIVEIRA, 2003, pp. 49-50). Tratava-se de um código efetivamente novo e original, que mudou o panorama das instituições

---

<sup>2</sup> Sobre a corrente de pensamento de Anton Menger, ver a edição especial dos "Quaderni Fiorentini", intitulada *Il socialismo giuridico: ipotesi e letture. Quaderni Fiorentini: Per La Storia Del Pensiero Giuridico Moderno*, Milano, IT, v.3/4, 1974/75. 2 tomos.



européias continentais (TARELLO, 1989, p. 19) ao ponto da sua influência para as reformas processuais ser comparada com aquela exercida por Napoleão sobre a codificação em geral (GUILLÉN, 1955, p. 319). Para Klein, somente a teoria da sociedade poderia ser o princípio válido e construtivo de um regulamento processual, rompendo, assim, com a teoria do indivíduo prevalente no processo civil do Estado Liberal (SPRUNG, 1980, p. 147). O processo, um instituto de direito público, deveria satisfazer, ao lado dos interesses privados, também os valores sociais mais elevados, de modo que o juiz, “timoneiro do Estado”, figuraria como representante profissional do interesse geral (SPRUNG, 1980, p. 147). Daí que, a partir de uma concepção do processo como instituição para o bem-estar social, aumenta-se a atividade do órgão judicial, o qual é munido de suficientes poderes para a direção material do processo, capazes de garantir a sua marcha rápida e regular (ALVARO DE OLIVEIRA, 2003, p. 50). Nesse sentido, o §432 da ZPO austríaca, sob notável influência do pensamento de Menger, estabelecia a possibilidade de o juiz instruir as partes ignorantes do direito ou não representadas por advogado e aconselhá-las sobre as consequências jurídicas de seus atos ou omissões (ALVARO DE OLIVEIRA, 2003, p. 50).

#### ***4.2 O pensamento de Giuseppe Chiovenda***

Na Itália, a fortuna da reforma austríaca é identificada com a obra de Chiovenda (GOZAÍNI, 2005, p. 37; TARELLO, 1989, p. 23), o qual, a partir da ideia reformista do modo político de considerar o processo, dizia que, sendo a administração da justiça uma função da soberania, o juiz, como órgão do Estado, não deveria assistir passivamente a lide, mas deveria nela participar com força viva e ativa. Vale dizer, o Estado seria interessado não no objeto da lide, mas no modo em que esta se desenvolveria (CHIOVENDA, 1930 A, p. 385). O maior dos problemas processuais giraria em torno de um ponto fundamental para Chiovenda: a relação entre a iniciativa do juiz e a iniciativa das partes. A lide poderia se tornar mais ou menos acessível ao homem débil e inculto, conforme o juiz tivesse meios maiores ou menores de vir em sua ajuda, de iluminá-lo sobre o que fazer para a sua defesa, de corrigir os seus erros. A extensão dos poderes do juiz seria a chave das reformas processuais, o segredo da adaptação do processo às necessidades sociais (CHIOVENDA, 1930 A, p. 391). Nessa senda, o processo consistiria no desenvolvimento de uma relação entre o Estado e o cidadão (CHIOVENDA, 1930 A, p. 393), razão pela qual, cabendo ao juiz a responsabilidade de pronunciar a sentença, não poderia ser indiferente ao Estado o modo no qual se desenvolve a atividade preparatória do juízo (LIEBMAN, 1974, p. 108).

O aumento dos poderes do juiz, para Chiovenda, estaria estritamente conectado com os princípios da oralidade e da concentração (CHIOVENDA, 1930 B, p. 423). O interesse do Estado em administrar solicitamente a justiça deveria armar o juiz dos meios idôneos para tal escopo, como poderes para fixação da audiência, rejeição de demandas tardiamente propostas, a execução de ofício das provas admitidas, a citação de ofício das testemunhas indicadas, dentre outras (CHIOVENDA, 1930 B, pp. 424-415). Chiovenda, nessa linha, mostrava-se aberto às correntes reformadoras baseadas na obra de Menger, compartilhando com seus princípios inspiradores, no quadro de uma visão do processo no qual o reforço dos poderes do juiz tinha, no entanto, outros pressupostos, distintos daqueles de inspiração social. Tratava-se de, a partir dos princípios processuais que se reuniam sob o nome de oralidade, obter um melhor funcionamento do processo, dado o seu caráter público, enxergando-se no reforço dos poderes do juiz o meio para resguardar do escopo público da justiça a intemperança e os egoísmos dos litigantes (DENTI, 1971, p. 14). A proposta de Chiovenda era, portanto, a de um processo melhor, mais eficiente e mais rápido, em contraste com aquele então vigente na Europa, calcado na visão individualista da sociedade e do direito (LIEBMAN, 1974, p. 104).

#### ***4.3 O pensamento de José Alberto dos Reis***

José Alberto dos Reis foi o autor do Projeto do Código de Processo Civil português publicado em maio de 1939. Suas ideias penetraram de forma bastante profunda na doutrina processual brasileira da época, mormente no que tange ao incremento dos poderes do juiz. Ao elaborar o Código de Processo Civil de Portugal, José Alberto dos Reis procurou romper com a tradição do código até então vigente, “construído sobre a velha concepção francesa da inércia e passividade do juiz” (REIS, 1929, p. 207).

Esse modelo de *juiz manequim* ou *juiz fantoche* era, para ele, a consequência do conceito individualista do processo, em que a relação processual ia considerada como um negócio de exclusivo interesse particular, de que as partes podiam dispor como coisa sua (REIS, 1929, p. 208). A partir da diferenciação do direito subjetivo e da relação processual, de caráter público, José Alberto dos Reis afirmava que o Estado, no desenvolvimento do processo, teria um interesse a defender e uma função a desempenhar: “assegurar a realização do direito objectivo, fazer triunfar a justiça” (REIS, 1929, p. 208). A ação dos órgãos judiciários deveria ser tão pronta, completa e perfeita quanto possível, o que tornaria imprescindível “assinar ao juiz um papel *activo*, uma intervenção directa e eficaz na instrução da causa e na marcha do processo” (REIS, 1929, p. 208). Dessa maneira, ao conceito de *juiz inerte* seria contraposto o conceito de *juiz activo*, um juiz

que deveria “encaminhar prontamente o litígio para uma solução final que, por ser rápida, não deixe de ser justa” (REIS, 1929, p. 208).

Para cumprir esse papel, José Alberto dos Reis delineou *poderes de inspeção* e *poderes de promoção* ao juiz. A partir dos poderes de inspeção, competiria ao juiz chamar a atenção das partes para quaisquer deficiências, irregularidades ou vícios que pudessem ser corrigidos, bem como convidar as partes a esclarecer e completar as suas alegações e os seus meios de prova (REIS, 1929, p. 211). Em face dos poderes de promoção, o juiz poderia ordenar exames, vistorias e avaliações, determinar o comparecimento pessoal das partes para tentar conciliar ou para ouvi-las sobre fatos essenciais da causa, requisitar a apresentação de documentos, plantas, desenhos ou objetos indispensáveis ao esclarecimento da questão, além de, em linhas gerais, remover todos os obstáculos ao seguimento do processo, afastando tudo que possa impedir o andamento da causa (REIS, 1929, pp. 222-223)

## 5 O aumento dos poderes do juiz como marca do Código de 1939

A legislação brasileira, desde a vigência das Ordenações do Reino de Portugal, passando pelo Regulamento 737, de 1850, e depois pelos Códigos Estaduais, sempre foi, conforme Candido Naves, influenciada pelo “figurino francês, do juiz sem expressão no processo, mais ou menos inerte, silencioso e quêdo, à espera de que, chegado ao fim, lhe fossem os autos conclusos, para que, então, deles tomasse conhecimento” (NAVES, 1949, p. 30). O Código de Processo Civil de 1939, acompanhando o agigantamento do papel assumido pelo Estado, enfatizava o caráter público do processo e, com isso, “introduziu uma inovação sem precedentes nos anais da processualística pátria” (VIANNA, 1940, p. 2). Tanto é assim que a doutrina processual que escreveu após a promulgação do Código procurou enfatizar o rompimento com a concepção privatista do processo, de uma luta judiciária como um duelo entre os litigantes apenas fiscalizado pelo juiz (REZENDE FILHO, 1939, p. 202). Até então, “o direito afirmado no pretório era o direito que tinha ido à guerra e retornado vitorioso” (NAVES, 1949, p. 52). Com o Código, o juiz deixava de ser “um dois de paus, que assistia impassível ao torneio judicial” (VIANNA, 1940, p. 53) para representar a autoridade do Estado frente aos litigantes, com vistas à consecução da justiça.

O elemento que estava por trás da mudança no papel do juiz era a mudança da própria concepção do processo. Substituiu-se o sistema tradicional do processo, de concepção privatística, pelo sistema considerado moderno, em que predomina a concepção publicística (GARCEZ NETTO, 1949, p. 14). E, dessa forma, na medida em que o processo deixava de ser

considerado como uma atividade de simples interesse particular, para ser considerado como um instituto de direito público, também era modificado o papel do juiz no processo (NAVES, 1949, p. 31). Enquanto a passividade do juiz era a consequência natural da feição individualista do processo (REZENDE FILHO, 1939, p. 202), as novas tendências publicísticas não permitiam que o juiz apenas fiscalizasse o processo e as partes dirigissem-no segundo os seus caprichos (GARCEZ NETTO, 1949, p. 14). A boa administração da justiça e a vitória da verdade em juízo passavam a ser interesse primordial do Estado.

Com isso, no entanto, não se retirava das partes a liberdade para invocar ou não a tutela dos órgãos do Estado, nem de dispensá-los ou deles desistir após provocar a sua atividade. Porém, o processo também não poderia ser considerado como propriedade das partes, de modo que o papel de dirigi-lo caberia ao juiz (THEILER, 1939, p. 219). Daí que, as partes permaneceram livres quanto à configuração do objetivo litigioso e a determinação das suas reivindicações. Os movimentos do juiz deveriam ser limitados pelo pedido (NAVES, 1949, p. 86).

Quanto aos poderes de direção do processo, o legislador conferia ao juiz a efetiva condução do processo, “mediante intervenção constante, decisiva e autorizada” (NAVES, 1949, p. 91). A busca da verdade era um ideal a ser perseguido no processo e, dessa forma, a nova legislação atribuiu ao juiz amplos poderes, para determinar, de ofício, novas investigações, diligências e esclarecimentos, inclusive a realização de exame pericial após o despacho saneador, caso entendesse não estar suficientemente habilitado para decidir a causa sem a produção da respectiva prova (GARCEZ NETTO, 1949, p. 15). Tais poderes vinham estampados no artigo 294 do Código, que, segundo Cândido Naves, abria ensejo à colaboração do juiz na produção da prova (NAVES, 1949, p. 156).

A total liberdade das partes no tocante à prorrogação dos prazos também foi suprimida. Uma característica marcante de qualquer legislação processual de índole estritamente liberal, como é o caso do Código napoleônico de 1806, do Código italiano de 1865 e da própria legislação brasileira anterior ao Código de 1939, é o acentuado papel das partes na disposição do processo e no controle do tempo, inclusive na fase instrutória, que, no caso das legislações europeias, era remetida integralmente à disponibilidade das partes, as quais podiam prolongá-la indefinidamente (TARUFFO, 1980, pp. 115-116). Obviamente, seria dissonante da concepção publicística do processo deixar as partes livres no tocante ao tempo (NAVES, 1949, p. 95). Como medida de prudência e equilíbrio o Código de 1939 colocou como condições para a prorrogação dos prazos processuais o assentimento das partes e apreciação pelo Juiz, rompendo com a

absoluta liberdade das partes na disposição do tempo do processo (NAVES, 1949, p. 95).

Enquanto as legislações processuais anteriores permitiam que, na hipótese de litisconsórcio passivo necessário, o processo se desenvolvesse até o final, quando a sentença proclamava a ocorrência de nulidade como consequência da ausência do litisconsorte, o Código de 1939 poupava, nas palavras da Cândido Naves, “o tempo das partes e do Juiz, e economiza-se o dinheiro daquelas” com a providência o artigo 91 que permitia ao juiz ordenar a presença do terceiro para integrar o contraditório, cabendo ao autor cumprir tal medida, obstando a perda inútil da atividade jurisdicional (NAVES, 1949, pp.104-105).

Além disso, seguindo a orientação do Código português, o juiz deveria colaborar com as partes, orientando os debates acerca dos pontos controvertidos, evitando, assim, que os litigantes argumentassem em vão e insistissem em torno de pontos tranquilos ou anódinos, para centrar-se no debate daquelas questões que reputasse ainda não suficientemente esclarecidas (NAVES, 1949, p. 119). A possibilidade de o juiz colocar em equação, já no despacho saneador, os problemas a serem resolvidos no processo, focalizando os pontos nucleares da controvérsia e permitindo, assim, que as partes soubessem das suas intenções antes da sentença era um ponto que, de certa maneira, chocou a doutrina processual que cuidou de analisar o Código, pois, assim, às partes poderiam desvendar as intenções do julgador. Enfrentando a questão, na linha dos influxos culturais que alicerçavam a codificação, Cândido Naves, não somente defendia tal possibilidade como também contestava as razões pelas quais se entendia que a sentença devesse ser sempre uma surpresa (NAVES, 1949, p. 123).

Outro ponto alto do Código era a aposta na oralidade, o que era uma influência direta da doutrina de Chiovenda, bastante conhecida pela doutrina processual civil formada quando da promulgação do Código. Isso tanto é verdade, que, ainda em 1939, a Revista Forense publicava o artigo “A Oralidade e a Prova”, em que o mestre italiano tecia diversas considerações acerca da oralidade e da concentração dos atos processuais (CHIOVENDA, 1939C). É inegável que a oralidade vinha prevista no Código juntamente com o aumento dos poderes do juiz. Nesse sentido, Francisco Campos afirmava:

A nova lei de processo associará ao debate oral a maior autoridade do juiz, que intervém no feito para tornar possível o descobrimento da verdade e assegurar, com o rápido andamento da causa, a boa administração da justiça, em que a sociedade e o Estado têm tanto interesse quanto as partes litigantes. (CAMPOS, 2001, p. 11)

O processo oral viria a atender às mais nobres exigências do Código e por isso foi, conforme constou na exposição de motivos, o sistema adotado. Com a adoção do processo oral,

conferia-se o caráter de instrumento público ao processo, substituía-se a concepção duelística pela concepção pública do processo, simplificava-se a sua marcha, racionalizava-se a sua estrutura e, sobretudo, organizava-se o processo no sentido de tornar mais adequada e eficiente a formação da prova, na medida em que o juiz era colocado em contato direto com o material probatório (CAMPOS, 1939B, p. 18).

Em linhas gerais, caberia ao juiz o papel preponderante na instrução da causa, fiscalizando a sua marcha, impedindo chicanas, demoras, fraudes e artifícios, ordenando a produção das provas que julgar convenientes, armando, enfim, de todos os poderes que o habilitem a proferir sentença justa (REZENDE FILHO, 1939, p. 202). Caminhava-se, por conseguinte, para a construção de um processo mais simples e célere, abolindo incidentes procrastinatórios e combatendo artifícios dilatórios porventura utilizados pelas partes (OLIVEIRA LIMA, p. 229).

A tendência de aumento dos poderes do juiz foi criticada pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, o qual considerava excessivo o poder de intervenção no andamento do processo que o projeto atribuía ao juiz, considerando, também, como perigoso o grande arbítrio dado ao magistrado na apreciação das provas (AZEVEDO, 1939, p. 195). Para amenizar tais críticas, foram impostos alguns limites ao juiz, evitando-se assim que a classe dos advogados viesse a repudiar o Código.

### ***5. 1 Os limites impostos pelo Código à atuação do juiz***

A lei não dava carta branca para o juiz fazer o que lhe aprouvesse. Ao contrário, procurava delimitar sua discricionariedade, impondo-lhe o dever de não prejudicar, no exercício do seu arbítrio, a defesa dos interessados (VIANNA, 1940, p. 55). Afinal, conforme Cândido Naves, não seria possível que o legislador aumentasse os poderes do magistrado e deixasse, ao mesmo passo, “de apresentar providências impeditivas do transbordamento das atividades do Juiz, ou de sua hipertrofia no processo” (NAVES, 1949, p. 192).

Conforme Vianna, “no afã de resguardar o direito de defesa contra os golpes de prepotência” o artigo 121 do Código armava o prejudicado com um recurso extremo: a responsabilidade civil do juiz, quando este, no exercício das suas funções, incorresse em dolo ou fraude, bem como, sem justo motivo, recusasse, omitisse ou retardasse providências que devesse ordenar de ofício ou a requerimento das partes (VIANNA, 1940, p. 56).

Efetivamente, era grande a preocupação no sentido de que o juiz fosse levado a ampliar ainda mais os seus poderes, razão pela qual parcela significativa da doutrina defendia que ao aumento dos poderes do juiz deveriam corresponder medidas correlatas de controle das suas

atividades, de vigilância da sua ação, de efetiva e severa punição aos seus excessos ou desmandos (NAVES, 1949, p. 214). Todavia, era na motivação das sentenças e despachos que se visualizava o principal limite “tendente a obviar os percalços do mau juiz” (NAVES, 1949, p. 68).

## **6 O Código de Processo Civil de 1973 como uma consequência da nova postura do Estado no Brasil**

O Código de Processo Civil de 1973 teve origem no anteprojeto apresentado, em 1964, pelo então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Os anos que antecederam a década de 70, mais precisamente a partir do golpe militar de 1964, foram os “anos de chumbo” do Brasil, que culminaram, em março de 1968, no AI-5, com o fechamento do Congresso, a autorização do Executivo para legislar, a suspensão de garantias constitucionais e legais como vitaliciedade, inamovibilidade ou estabilidade dos juízes, a permissão para o presidente demitir, remover, aposentar, transferir juízes, empregados e militares, e a suspensão das imunidades parlamentares. A linha adotada neste período foi tão dura que o AI-13 criou a pena de banimento do território nacional, a todo cidadão “inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. Em nome da “Segurança Nacional” toda e qualquer arbitrariedade era permitida e “legalizada”. Os poderes outorgados ao “executivo” foram de tamanha excepcionalidade que permitiram ao governo legislar sobre assuntos relevantes através de Decretos-Leis. A Constituição de 1967 foi a materialização desses poderes (BUENO, 2010, p. 392).

Nesse contexto nascia o Código de Processo Civil de 1973: “instrumento jurídico eminentemente técnico, preordenado a assegurar a observância da lei” (BUZAID, 1964, p. 28). Diversamente de outros ramos da ciência jurídica, que traduziriam a índole do povo através de longa tradição, o processo civil deveria ser dotado exclusivamente de meios racionais, tendentes a obter a atuação do direito, notadamente a rapidez e a justiça (BUZAID, 1974, p. 9). Seria um resultado da técnica, que transcenderia as fronteiras do país, com validade, pois, para muitas nações (BUZAID, 1964, p. 28).

O Código de Processo Civil de 1973, apesar de não abandonar completamente as concepções publicísticas e sociais do processo – era um Código pautado na busca pela conciliação entre inovação e conservação – inseriu o processo civil brasileiro, de forma mais expressiva, no processualismo, que era a linha de pensamento prevalecente na Europa na primeira metade do século XX, principalmente na Itália. A ideologia jurídica que dominou a ciência do processo naquele período tinha encontrado respaldo nas grandes obras sistemáticas, com a elaboração de princípios e categorias dotadas de intrínseca validade conceitual, como a

jurisdição, a ação, a coisa julgada, dentre outras. Tais construções conceituais gozavam de uma aparente neutralidade, pois, na verdade, correspondiam plenamente à ideologia conservadora dentro da qual a ciência jurídica tinha fundado seus princípios informadores (DENTI, 1971, p. 17). A época entre as duas grandes guerras, no desenvolvimento do direito processual na Europa, tinha sido marcada por um substancial fechamento cultural e ideológico aos problemas sociais da justiça, caracterizando um retrocesso no progresso social e civil (DENTI, 1971, p. 28-29).

Ao contrário do Código de 1939, que apostava no caráter público e social do processo, o Código Buzaid era um Código centrado na técnica e na neutralidade científica, em suma, na indiferença social que bem se amoldava aos valores liberais que encamparam a teoria do processo como relação jurídica<sup>3</sup>, perspectiva própria de um projeto histórico de neutralidade social (CARVALHO, 1981, p. 35). Apesar de o Código de 1973 ter mantido o processo oral, a ênfase já não era mais no acento dos poderes do juiz, o que não era de se estranhar, pois, ao lado da supressão da vitaliciedade, inamovibilidade ou estabilidade dos juízes, o papel do Poder Judiciário também passava a ser secundário, ficando toda a ênfase no Executivo<sup>4</sup>.

## 7 Considerações Finais

Tanto o Código de Processo Civil de 1939 quanto o Código de Processo Civil de 1973 sofreram a influência da postura assumida pelo Estado brasileiro quando foram elaborados. Enquanto o Código de 1939 era reflexo de um Estado dito assistencialista e populista, e, dessa forma, apostava em juiz ativo que representasse, no processo, o próprio Estado na busca pela justiça em prol da sociedade, o Código de 1973 nasceu em um período de ditadura militar e de forte repressão, razão pela qual não deu ênfase ao papel do juiz no processo, constituindo-se como um instrumento neutro e indiferente à sociedade, manejável conforme as vontades do poder que estivesse vigente. Evidentemente, o Código de 1973, por contar com uma técnica mais apurada sobreviveu sem grandes ranhuras até o início das reformas processuais que vem ocorrendo desde a década de 90. De qualquer forma, sopesadas as diferenças existentes entre os dois Códigos, a análise histórica do processo civil brasileiro é capaz de fornecer elementos aptos a

<sup>3</sup> Segundo Ovídio A. Baptista da Silva, “o direito como uma relação jurídica (a *relatio* dos antigos canonistas), que foi concepção dominante no século XIX europeu, a partir de KANT e daqueles que, no campo das ciências jurídicas, foram seus seguidores, particularmente SAVIGNY, foi a ideia matriz tanto do Código Civil francês (Código Napoleônico) quanto do movimento cultural conhecido como pandectística germânica” (SILVA, Ovídio A. Baptista da. *Curso de processo civil*, volume 1: processo de conhecimento. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2005, pp.4-5).

<sup>4</sup> Não é por menos que, nos Estados totalitários, conforme a doutrina de Alfredo Rocco, processualista defensor do regime fascista na Itália, deveria ficar a cargo do legislativo a transformação jurídica da sociedade, sob a dependência do governo, ao passo que o Executivo seria a expressão mais genuína do Estado, o órgão essencial e supremo da sua ação, enquanto o judiciário exerceria um papel bastante secundário (ROCCO, Alfredo. *La trasformazione dello stato; dallo stato liberale allo stato fascista*. Roma: La Voce, 1927, p. 23)



auxiliar na reflexão a respeito de como deverá ser o Novo Código de Processo Civil para atender aos anseios de um Estado Democrático de Direito tal qual a Constituição brasileira impõe.

### Referências Bibliográficas

- ALVARO DE OLIVEIRA, Carlos Alberto. *Do formalismo no processo civil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- AZEVEDO, Noé. Parecer do Instituto dos Advogados de São Paulo sobre o Anteprojeto do Código de Processo Civil. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v.78, abr. 1939.
- BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: Leya, 2010.
- CAMPOS, Francisco. A consolidação jurídica do regime. In: *O Estado Nacional*. Brasil: Editora SSETSF, 2001.
- \_\_\_\_\_. A reforma do processo civil. *Revista Forense*. Abril de 1939. Rio de Janeiro: Forense, 1939A.
- \_\_\_\_\_. Exposição de motivos. In: *Código do processo civil do Brasil - Decreto-Lei nº 1.608 de 18 de Setembro de 1939*. São Paulo: Livraria Acadêmica Saraiva & Cia, 1939B.
- CARVALHO, Orlando de. *A teoria geral da relação jurídica – Seu sentido e limites*. Coimbra: Centelha, 1981.
- CHIOVENDA, Giuseppe. Le riforme processuali e le correnti del pensiero moderno. In: *Saggi di diritto processuale civile (1900-1930)*. Volume primo. Roma: Società Editrice Foro Italiano, 1930A.
- \_\_\_\_\_. Lo stato attuale de processo civile in Italia e il progetto Orlando di riforme processuali. In: *Saggi di diritto processuale civile (1900-1930)*. Volume primo. Roma: Società Editrice Foro Italiano, 1930B.
- COSTA, Moacyr Lobo da. *Breve notícia histórica do direito processual brasileiro e de sua literatura*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1970.
- DENTI, Vittorio. *Processo civile e giustizia sociale*. Milano: Comunita, 1971.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.
- GARCEZ NETTO, Martinho. A função do juiz na direção do processo. In: *Prática de Processo Civil*. 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 1949.
- GOZAÍNI, Osvaldo Alfredo. *Los protagonistas del derecho procesal: desde Chiovenda a nuestros días*. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2005.
- GRINBERG, Keila. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- GUILLÉN, Víctor Fairén. El proyecto de la Ordenanza Procesal Civil Austriaca visto por Franz Klein. In: *Studios de Derecho Procesal*. Madrid: Derecho Privado, 1955.
- LAMAS, Diego. *Prologo*. In: MENGER, Antonio. *El derecho civil y los pobres*. Buenos Aires: Atalaia, 1947.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. Il nuovo "código de processo civil" brasiliano. In: *Problemi del processo civile*. Milano: Morano, 1962.
- LIEBMAN, Enrico Tullio. Instituti del diritto comune nel processo civile brasiliano. In: *Problemi del processo civile*. Milano: Morano, 1962A.
- LIEBMANN, Enrico Tullio. Storiografia giuridica "manipolata". *Rivista di diritto processuale*. v. 29. Parte I. 1974.
- MENGER, Antonio. *El derecho civil y los pobres*. Buenos Aires: Atalaia, 1947.

- NAVES, Candido. *Impulso processual e poderes do juiz*. Belo Horizonte: Santa Maria S.A, 1949.
- OLIVEIRA LIMA, Edgard de. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v.78, abr. 1939.
- REIS, José Alberto dos. *Breve estudo sobre a reforma do processo civil e comercial*. 2ª edição actualizada. Coimbra: Coimbra editora, 1929, p. 208.
- REZENDE FILHO, Gabriel de. A reforma processual e o anteprojeto do Código de Processo Civil e Comercial. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v.78, abr. 1939.
- ROCCO, Alfredo. *La trasformazione dello stato; dallo stato liberale allo stato fascista*. Roma: La Voce, 1927.
- SPRUNG, Rainer. Os fundamentos do direito processual civil austríaco. *Revista de Processo*, São Paulo, rev. dos tribunais, 1980. v.17.
- TARELLO, Giovanni. Il problema della riforma processuale in Italia nel primo quarto del secolo. Per uno studio della genesi dottrinale e ideologica del vigente codice italiano di procedura civile. In: GUASTINI, R.; REBUFFA., G. *Dottrine del processo civil: studi storici sulla formazione del diritto processuale civile*. Bologna: Il Mulino, 1989.
- TARUFFO, Michele. *La giustizia civile in Italia dal'700 a oggi*. Bologna: Soc. Editrice il Mulino, 1980.
- THEILER, Eduardo. O projeto do código de processo civil. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v.78, abr. 1939.
- TRIPOLI, Cesar. *História do direito brasileiro: Ensaio*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1936-1947.
- VIANNA, Ataliba. *Inovações e obscuridades do Código de Processo Civil e Comercial Brasileiro*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.